

CAPÍTULO 8

Adensamento da Desigualdade de Gênero e Degradação da Política Pública: negação de parcela da civilidade*

Maíra Carvalho Pereira

Buscamos demonstrar, por meio da teoria social crítica marxista, que há uma intrínseca relação entre o adensamento da desigualdade de gênero e o avanço do neoliberalismo em sua investida para degradação da política pública. Para isso, pretendemos apresentar a Teoria da Reprodução Social, com vistas a dar visibilidade à centralidade da reprodução social na exploração da classe trabalhadora pelo capitalismo.

A partir disso, pretendemos recorrer à pesquisa exploratória com o objetivo de aprofundar os temas centrais e estabelecer correlações entre eles, buscando uma compreensão mais clara da realidade, como uma “primeira etapa de uma investigação mais ampla” (Gil, 2008, p. 27).

Diante do exposto, na primeira parte do presente capítulo, expomos a intrínseca relação entre produção e reprodução, argumento amplamente discutido pela Teoria da Reprodução Social. Dessa maneira, as relações sociais que ocorrem fora do circuito de produção são moldadas conforme as demandas de acumulação de capital, de modo que a interdependência entre produção e reprodução social posiciona o gênero feminino como agente central na extração da força de trabalho da classe trabalhadora.

Na segunda parte, buscamos tensionar a importância da política social enquanto um mecanismo institucional de atendimento às necessidades prementes da sociedade. Nesse contexto, procuramos demonstrar como o neoliberalismo atua contra a política pública,

* 10.29388/978-65-6070-143-4-0-f.145-163

implementando estratégias que visam à máxima expropriação por meio da superexploração da força de trabalho e assegurar a lógica da acumulação de capital para a classe dominante.

Dessa forma, concluímos que a lógica neoliberal intensifica a precarização da reprodução social, reduzindo o custo do trabalho necessário na esfera produtiva, resultando na ampliação da sobrecarga feminina. Nas economias dependentes, a superexploração da força de trabalho leva a medidas de austeridade fiscal para garantir a acumulação de capital pelas classes dominantes, fragilizando a capacidade das famílias de assegurar a reprodução social e condições dignas de vida. Nesse cenário, acreditamos que a ampliação das políticas públicas pode mitigar a desigualdade na divisão social do trabalho entre os gêneros e reduzir a sobrecarga das atividades de reprodução social na família; em última instância, minorar a opressão às mulheres.

Não é raro que o marxismo seja apontado por supostamente não considerar as questões relativas à desigualdade de gênero, considerando somente as questões acerca da classe social. No entanto, compreendemos o marxismo enquanto uma teoria que ilumina a práxis revolucionária e a luta por melhores condições de vida com reformas graduais. Todavia, o movimento dialético imanente de compreensão da realidade não deixa de informar sobre a completa destruição do capitalismo. Diante disso, esta seria uma perspectiva de totalidade que tem uma enorme potência na luta contra a opressão de gênero e em favor da justiça social para mulheres. “[...] o *modelo* marxista, a despeito dos muitos tropeços históricos em seu nome, permanece sendo a melhor maneira de entender a opressão sob o capitalismo e, portanto, fornece pistas de como acabar com ela” (Bhattacharya, 2019, p. 102).

Segundo Bhattacharya (2019), em *O Capital*, Livro I, é possível compreender que Marx apreende a habilidade humana do trabalho – força de trabalho – como “mercadoria especial” que sustenta o metabolismo produtivo do sistema capitalista. É mediante uma dinâmica produtiva de expropriação de trabalho excedente que mercadorias são produzidas e o capitalista acumula valor. Portanto, a força de trabalho tem o peculiar atributo de ser uma fonte de valor. É

diante disso que partimos nossa análise, evidenciando que a força de trabalho é produzida e reproduzida externamente à produção capitalista, no âmbito da família. A chave de análise adotada é de que o circuito produtivo é o âmbito que produz mercadorias e serviços, mas os trabalhadores que despendem força de trabalho para a produção desses bens são produzidos fora da dinâmica econômica formal, sem que o capitalista seja cobrado por isso. Este é um argumento fundamental para os marxistas da Teoria da Reprodução Social, que compreendem a existência de uma interconexão entre a esfera da produção e a esfera da reprodução social.

Esta interconexão entre a esfera produtiva e a esfera da reprodução social diz respeito, principalmente, à forma pela qual a força de trabalho é produzida e reproduzida, caracterizada por meio de: 1) atividades que regeneram a pessoa fora do processo produtivo, que engloba local para repouso, comida e apoio psíquico; 2) atividades que mantêm as pessoas que não estão inseridas na esfera produtiva por diversas razões, como crianças, idosos ou pessoas adoecidas; 3) cuidados integrais ao processo de gestação e ao dar à luz, bem como cuidado ao bebê (Bhattacharya, 2019). Essas atividades de cuidado são organizadas no âmbito interno da família marcada por aspectos patriarcais e, além disso, evidencia-se que essas atividades são incentivadas pelo sistema capitalista, de modo a evitar custo para o capital pelo trabalho despendido por homens e mulheres na produção e reprodução da força de trabalho.

Neste sentido, nos cabe mediar que, diante da interconexão entre a produção formal de mercadorias e a reprodução social, mudanças na dinâmica produtiva vão repercutir diretamente na dinâmica pela qual os trabalhadores garantem os aspectos da reprodução social. Por isso, buscamos expor que a Teoria da Reprodução Social nos possibilita compreender que a dinâmica capitalista é estreitamente relacionada à desigualdade de gênero, na qual as relações patriarcais sobre o âmbito da família são base essencial de opressão das mulheres na sociedade capitalista.

Para Arruzza (2015), a desigualdade de gênero no âmbito da família faz com que a balança do cuidado esteja com maior peso sobre as mulheres. Em outras palavras, na sociedade capitalista na qual o trabalho de cuidado foi concentrado no âmbito da família, a desigualdade de gênero sobre estas tarefas vai determinar uma maior carga de trabalho para as mulheres. Assim, a privatização das tarefas de cuidado familiar determina um modo social em que mulheres trabalham mais que os homens. Até mesmo a não coletivização do trabalho de cuidado a nível institucional por parte do Estado provoca uma maior carga de trabalho ao gênero feminino, mas não só, possibilita a ampla naturalização da opressão e dominação de um gênero sobre o outro. Este último ponto acerca da coletivização do trabalho de cuidado demonstra também que não há interesse de alteração desta realidade por parte da classe dominante, na medida em que acarretaria a perda da lucratividade alcançada com a expropriação do trabalho de reprodução social. A emancipação das mulheres acarretaria limites à rentabilidade do capital.

As relações patriarcais sobre a família não interagem diretamente sobre a produção do capitalismo, mas condicionam a sobrevivência da família enquanto um âmbito privado de reprodução social, desempenhando um papel significativo na organização da divisão do trabalho. Para fins de nossa análise, nos cabe demonstrar que o fato de não considerarmos a existência de um sistema patriarcal autônomo não significa desconsiderar as opressões de gênero e suas desigualdades, mas revisitar que estas relações desiguais fazem parte de um complexo ideológico e cultural robustecido por estratégias de dominação e exploração do capitalismo.

O que está sendo defendido aqui é um argumento diferente, ligado às características particulares do capitalismo. Sociedades nas quais o capitalismo suplantou o precedente modo de produção são caracterizadas por uma transformação profunda e radical da família (Arruzza, 2015, p. 45).

Diante disso, a autora demonstra que a expansão do modo de produção capitalista resulta do processo de acumulação primitiva, caracterizado, entre outros aspectos, pela expropriação de terras e pela separação dos trabalhadores de seus meios de produção. Esse processo provocou uma transformação sem precedentes na estrutura familiar, desintegrando a família camponesa patriarcal e impulsionando um intenso processo de urbanização. Se antes, nas sociedades agrárias pré-capitalistas, a família camponesa patriarcal tinha uma função produtiva específica, com o capitalismo ocorre uma transformação dessa forma familiar que passa a desassociar a produção da reprodução social. Esta é a chave para a compreensão das relações patriarcais: mesmo que a dominação do gênero feminino tenha se mantido no capitalismo, as relações patriarcais deixam de ser um sistema autônomo – que tinha uma função específica em um tempo histórico distinto – e a família passa a ser privada, fora do meio produtivo. Assim, a partir do exposto, compreendemos que, apesar de a opressão e dominação de gênero ter existido de forma prévia ao capitalismo, no atual modo de produção ocorre a hierarquização dessas funções, na qual o âmbito produtivo, ocupado em sua maior parte por homens, gera valor e o âmbito reprodutivo, ocupado majoritariamente por mulheres, despende valor (Arruzza, 2015).

Para uma melhor análise metodológica acerca do conceito, Arruzza (2015) propõe uma distinção terminológica a respeito do termo “reprodução social”: na tradição marxista, reprodução social é no sentido da totalidade, em um aspecto mais amplo na reprodução das relações sociais; já na tradição do marxismo feminista, a reprodução social é tida de maneira mais específica, relacionada aos aspectos mais precisos da reprodução humana, como a manutenção da energia vital diária e renovação geracional.

Para Bhattacharya (2023), a unidade familiar de produção e reprodução da força de trabalho desempenha o papel essencial para a manutenção diária da energia vital do trabalhador e renovação geracional por meio do dispêndio de um trabalho em tempo integral de cuidados materiais e psíquicos executados de maneira desproporcional

por mulheres, sendo esta a fonte de opressão do gênero feminino no sistema capitalista.

Ainda segundo a autora, não há a pretensão de separar o âmbito econômico do âmbito não-econômico, mas, ao contrário, compreender que há uma interdependência na qual a necessidade de acumulação do capitalismo vai determinar a esfera familiar. Queremos dizer com isso que, as relações de produção – o valor recebido pelo tempo de trabalho necessário – é um aspecto condicionante na forma pela qual a família irá determinar sua subsistência. Assim, é importante considerar que a reprodução social da força de trabalho e a produção de mercadorias não são esferas distintas, reforçando a percepção de que a primeira está intimamente conectada à segunda (Bhattacharya, 2023).

Dar visibilidade à interconexão das duas esferas tem por resultado a desmistificação de que o capitalismo não tem controle sobre o trabalhador fora do âmbito produtivo, a começar pelo dito salário, no qual a relação entre capital/trabalho vai determinar a quantidade e a qualidade da cesta de consumo à qual o trabalhador tem acesso aos seus meios de vida.

Esse esquema da relação capital/trabalho é fortemente embasado em dois aspectos: (i) o trabalhador é forçado a entrar nesse relacionamento ao ter necessidades para suprir, para reproduzir sua vida, mas não pode fazê-lo por conta própria, já que está separado dos meios de produção pelo capital; e (ii) o trabalhador entra na relação salarial em razão de suas necessidades de sustento, ou seja, as necessidades da vida (subsistência) têm uma profunda e integral conexão com o domínio do trabalho (exploração) (Bhattacharya, 2023, p. 132).

O que nos importa destacar é que a força de trabalho é o elemento fundamental de acumulação de capital, sendo produzida e reproduzida em uma dimensão externa ao circuito de produção. De maneira esquemática, para melhor entendimento da produção e reprodução da força de trabalho (a produção da vida), Bhattacharya (2023) opta por esta demonstração metodológica de um circuito

exterior ao do capital: $D - A_c - P - T - D$. O trabalhador recebe o valor do trabalho necessário despendido durante sua jornada de trabalho como salário em forma de dinheiro (D); com o salário recebido, ocorre a troca por artigos de consumo (A_c) para garantia de suas necessidades de subsistência; o consumo oriundo da troca do dinheiro por artigos de subsistência é um processo similar à produção (P); esse processo produtivo não diz respeito à produtos, mas à produção que produz força de trabalho (T), sendo a renovação geracional e revitalização diária da vida humana no âmbito da família; com a mercadoria força de trabalho pronta à inclusão no circuito produtivo do capital, há mais uma vez a sua venda em troca de salário (D) para garantia da subsistência. Portanto, este circuito de produção da força de trabalho demonstra o consumo de uma cesta de subsistência do trabalhador (moradia, educação, comida, roupa, entre outros fatores) não só como um processo produtivo, mas como processo de autodesenvolvimento.

Ademais, diz a autora que a cesta de consumo para o desenvolvimento do trabalhador perpassa a moradia, a alimentação, o desenvolvimento intelectual, entre outros itens, que não podem ser garantidos de maneira plena no modo de produção capitalista, pois este é um metabolismo produtivo que tem por objetivo somente a valorização de capital, e não o desenvolvimento do trabalhador. Em vista disso, o metabolismo do modo de produção capitalista tem uma forma organizativa no qual o trabalhador se reproduz às margens do estritamente necessário, de maneira que na relação entre capital e trabalho receberá um salário que não atende às suas necessidades fundamentais (Bhattacharya, 2023).

O conceito de reprodução social proposto pelas feministas marxistas amplia as análises do que antes era realizado em torno do trabalho doméstico. É neste sentido que esta nova proposição acerca da reprodução social tem um aspecto de totalidade que visa expandir uma análise objetiva e subjetiva no que diz respeito à coletivização das tarefas de cuidado, sendo possível compreender que há uma série de práticas sociais que envolvem dimensões para além do trabalho doméstico.

Argumentamos que as políticas sociais, quando implementadas para contribuir nas tarefas de cuidado tradicionalmente realizadas no âmbito familiar — como restaurantes populares, lavanderias, creches, asilos, entre outros —, podem melhorar as condições de reprodução social da classe trabalhadora e aliviar a sobrecarga de mulheres nessas atividades. A reprodução social entendida dessa maneira apresenta um aspecto relevante: a possibilidade de mitigar a carga de trabalho de cuidado no ambiente doméstico por meio da atuação do Estado mediante políticas públicas.

Neste sentido, é possível compreender a estreita conexão entre a desigualdade de classes e a desigualdade de gênero, pois o fortalecimento da luta dos trabalhadores contra o sistema capitalista de produção tem por pretensão a garantia de melhores condições dos aspectos relacionados à reprodução social que mitigariam sobremaneira a opressão sofrida pelo gênero feminino. Esta interconexão da exploração da classe trabalhadora e a opressão do gênero feminino pode dar visibilidade à importância da organização para conter as formas de acumulação de capital que obstaculizam melhores condições e acesso aos diversos meios de reprodução social.

Assim, é importante ressaltar que ter em vista a totalidade social das relações nos permite ampliar a visão e unificar as opressões de forma que pode propiciar o fortalecimento dos trabalhadores frente à luta de classes. Nos cabe mencionar que a dinâmica do sistema capitalista de produção atua em uma frente unificada que age na produção, reduzindo postos de trabalho, erodindo salários e, conseqüentemente, prejudica aspectos da reprodução social. Ao menor sinal de redução das taxas de lucratividade, o capital busca se recompor na deterioração das áreas que englobam a reprodução social da classe trabalhadora, realizando uma investida contra políticas públicas, privatização de serviços essenciais e retração de novos investimentos (Bhattacharya, 2023).

Ao tomar como ponto de partida a teoria social crítica marxista, compreendemos que, na sociedade de classes, a classe dominante expropria o trabalho excedente da classe trabalhadora, constituindo

assim a base sócio-material da acumulação capitalista. Para Vogel (2022), com base em Karl Marx, a capacidade humana de trabalho pode gerar um valor de uso superior ao necessário para sua própria sobrevivência. “Em uma sociedade de classes, este potencial é organizado em benefício de uma classe dominante que se apropria do mais-trabalho de uma classe subordinada de acordo com algum conjunto determinado de relações sociais (Vogel, 2022, p. 342). Dessa forma, na sociedade capitalista, a acumulação exige a existência de uma força de trabalho explorável, disponível para ingressar no processo produtivo e gerar trabalho excedente.

O aspecto central dessa relação entre capital e trabalho é, portanto, a necessidade contínua de renovação da força de trabalho para garantir a expropriação do excedente pela classe dominante. Como discutido anteriormente, esse processo está intrinsecamente ligado ao trabalho de reprodução social, majoritariamente desempenhado por mulheres no âmbito familiar. A reprodução social abrange tanto a renovação diária da energia vital quanto a reposição geracional da força de trabalho, tornando o trabalho realizado por mulheres na esfera doméstica essencial para a manutenção da sociedade de classes. A família é a forma social na qual a opressão às mulheres é enraizada, pois os processos que envolvem a reprodução social são a posição diferencial das mulheres na sociedade capitalista.

Segundo Arruzza e Cirillo (2024), a reprodução social pode ser compreendida como "um conjunto de atividades, comportamentos, emoções, relações e instituições diretamente envolvidas na manutenção da vida cotidiana e intergeracional" (p. 150). Essas atividades incluem organizar alimentos para o preparo e o asseio do lar, a educação e o cuidado com crianças, idosos ou pessoas em situação de adoecimento, abrangendo também questões relacionadas ao sexo. A compreensão acerca da reprodução social foi ampliada, contemplando aspectos fundamentais para a sobrevivência dignamente, como o ar não poluído, alimentos saudáveis e água limpa. Essa compreensão inclui não somente as atividades diretamente ligadas à reprodução social, mas também os elementos fundamentais que asseguram a sobrevivência

humana. A exploração desenfreada da natureza oriunda das necessidades capitalistas resulta em uma crise ecológica que chama a atenção das autoras, especialmente por agravar o trabalho de reprodução social no cuidado da família despendido, majoritariamente, pelo gênero feminino. Podemos exemplificar com o fato de que, em momentos de escassez hídrica, as mulheres têm seu trabalho de reprodução social intensificado, principalmente, na busca por água potável. Com isso, o trabalho realizado no lar é parte de uma definição mais ampla de reprodução social.

Neste sentido, é possível perceber que as famílias são estruturas privadas fundamentais para a manutenção e reprodução da força de trabalho. Por isso, compreendemos que a opressão às mulheres é um desdobramento desse processo de renovação da “mercadoria especial” – a força de trabalho – essencial à acumulação capitalista. Embora reconheçamos que a opressão às mulheres na sociedade de classes seja permeada por múltiplas determinações, em última instância, ela deriva, em grande medida, do trabalho realizado na esfera da reprodução social. Diante disso, surge uma indagação fundamental: se a maior parte do trabalho de reprodução social fosse desempenhada pelo Estado, em instituições organizadas por políticas públicas, especialmente no que se refere ao trabalho de cuidado, as mulheres estariam menos suscetíveis às diversas formas de opressão que se expressam na sociedade contemporânea?

Partimos da conceituação de política pública enquanto um aparato de atuação do Estado diante da imprescindibilidade do atendimento às necessidades que permeiam as relações sociais, visto que na sociedade moderna há a institucionalização de um elemento interventor que realiza a mediação entre capital e trabalho. Com base em Pereira (2009), compreendemos o termo “política pública” a partir do conceito originado no latim, em que “pública” tem origem em *res* (coisa) *publica* (de todos), estabelecendo uma concepção de que a política pública é parte integrante do Estado e da Sociedade. No que se refere ao termo “política”, a autora vai demonstrar que abrange tanto a ação quanto a formulação de medidas voltadas ao atendimento de

demandas sociais, coletivas e não individuais. Assim, a política pública representa um processo contínuo e permanente de planejamento, execução e avaliação das necessidades sociais, construído conjuntamente entre Estado e sociedade.

Desta forma, a política é, por natureza, dialeticamente contraditória. Ao mesmo tempo em que viabiliza o consenso em uma organização social que reforça a dinâmica da sociedade burguesa, ela também se configura como um campo de luta de classes voltado à ampliação da cidadania. Somente por meio da luta política é possível expandir direitos, impondo ao Estado, em certa medida, uma contraposição à lógica do mercado e promovendo a diversificação e o aprofundamento das obrigações constitucionais. Assim, de forma simultânea, a política abarca tanto atividades formais (regras estabelecidas) quanto informais (negociações e diálogo) no espaço público, visando à resolução de conflitos sem o uso da violência (Pereira, 2009).

Outra questão importante a ser evidenciada diz respeito ao significado da política pública, “a qual engloba a política social. Ou melhor, a política social é uma *espécie* do gênero política pública” (Pereira, 2009, p. 92). Com a intenção de demonstrar a estreita relação entre teoria política e prática política, especialmente após a dinâmica societária de ampliação econômica no segundo pós-guerra, o escopo de política pública abarca justiça, desenvolvimento social, questões econômicas e políticas. Desta forma, a política pública, apesar de o Estado ter a incumbência pelo seu processamento, não é sinônimo de “política estatal”, visto que sua existência deriva da participação significativamente ativa da sociedade. Assim, o termo “política pública” torna-se mais amplo que o termo “política estatal”, aparentemente restritivo.

Diante disso, a autora destaca:

A identificação das políticas públicas com os direitos sociais decorre do fato de esses direitos terem como perspectiva a equidade, a justiça social, e permitirem à sociedade exigir atitudes positivas, ativas do Estado para transformar esses

valores em realidade. Daí porque, no campo de atuação das políticas públicas, a participação do Estado, seja como regulador, seja como provedor ou garantidor de bens públicos como direito, é considerada fundamental (Pereira, 2009, p. 102).

A partir de Pereira (2009), o segundo pós-guerra trouxe mudanças significativas na correlação de forças globais, especialmente no que tange às distintas visões de mundo entre liberais e social-democratas. A expansão dos direitos sociais nesse período evidenciou a luta de classes e as conquistas resultantes das mobilizações operárias socialistas. Nesse contexto, estabelece-se uma relação contraditória: embora o sistema capitalista se oponha ao Estado de Bem-Estar, ele já não pode prescindir de políticas que atendam às necessidades das diversas frações de classe que compõem a sociedade.

Na atualidade, nos encontramos em um momento intrigante do ponto de vista analítico, pois a política pública vem sendo alvo de investidas ideológicas, se estabelecendo como uma fonte de oposição a direitos de cidadania. Em outras palavras, a classe dominante, por meio da ideologia, emprega estratégias para desacreditar e dismantlar as políticas públicas sem provocar a mobilização da classe trabalhadora – justamente a fração da sociedade que mais depende dessas políticas para suprir suas necessidades cotidianas. Um exemplo evidente desse processo é a mercantilização da saúde, educação e de setores que envolvem o cuidado, integrantes da esfera de intervenção e atuação do Estado.

De acordo com Anderson (1995), o neoliberalismo emerge como modelo econômico ao fim da década de 1970, como uma estratégia para conter a crise e recuperar as taxas de lucro. Sendo uma reação teórica e política com o Estado de Bem-Estar dos países industrializados, sua sustentação é baseada em combater o intervencionismo e regulação do mercado por parte do Estado, e isso engloba, principalmente, os gastos sociais. A resposta à crise seria “manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (p. 10). A ideologia neoliberal

expressa que a estabilidade econômica deve ser o principal princípio a ser seguido pelos Estados. Assim, os países influenciados pela lógica neoliberal adotaram as seguintes medidas: altos níveis de desemprego tidos como um mecanismo natural, contenção de greves e criação de uma legislação contra sindicatos e privatização massiva. O que torna esse modelo econômico expressivo, é a forma pela qual garantiu hegemonia enquanto um sistema não somente econômico, mas como uma força ideológica globalizada.

Assim, é de fundamental importância demonstrarmos, brevemente, como o neoliberalismo atua nos países dependentes. Ao pensarmos que o cotidiano da classe trabalhadora é permeado pelo consumo de serviços e mercadorias, a lógica da financeirização é o atual padrão de reprodução do capital, adentrando a vida da classe trabalhadora pela mediação do Estado.

Segundo Brettas (2020), os países de economia dependente têm suas formações econômico-sociais em situação de subordinação com os países centrais, sendo a característica fulcral dessa inserção de dependência na divisão internacional do trabalho a limitação de sua soberania às classes dominantes dos países centrais. As economias dependentes, para arcar com as necessidades dos países centrais, têm um padrão de reprodução do capital assentado na superexploração da força de trabalho para atender não somente as demandas de acumulação de capital externas, mas também internas.

Podemos observar que o Brasil, como país de capitalismo dependente, o cumprimento dessa relação de dependência impõe diretamente desafios para a sobrevivência da classe trabalhadora, pois a superexploração do trabalho é expressa por salários insuficientes para arcar com o mínimo de subsistência, intensificação e extensão da jornada de trabalho que promovem maior extração de trabalho excedente e menor retorno salarial do trabalho necessário para reprodução social dos trabalhadores. Este é um aspecto fundamental que demarca a precarização da vida da classe trabalhadora, havendo respostas, propositalmente, insuficientes por parte do Estado, principalmente no que diz respeito às políticas sociais (Brettas, 2020).

No Brasil, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, parte das ações sociais era baseada na caridade, no clientelismo e na filantropia. A partir da Constituição de 1988, houve um redirecionamento da rede de proteção social, sendo um marco importante da mobilização dos movimentos sociais que tinham por reivindicação não somente a democratização, mas também melhores condições de vida. A autora demonstra, a partir dessa argumentação, que, distintamente da experiência europeia, a progressão do neoliberalismo brasileiro não ocorreu a partir do desmonte das políticas sociais, pois no período que envolve a constituinte ainda não havia uma rede de proteção social consolidada para realizar o desmantelamento. Portanto, o momento em que o neoliberalismo avança é uma conjuntura de concretização das políticas sociais baseada no direito de cidadania conquistado pela organização e luta da classe trabalhadora. Diante disso, a efetivação da Constituição Federal de 1988 teve significativas limitações devido à consolidação do neoliberalismo na década de 1990. O Estado dependente brasileiro lança mão de mecanismos para subsidiar as políticas sociais sem que entrem em contradição com o padrão de acumulação da classe dominante (Brettas, 2020).

Sobre esse último ponto, é importante destacar que a política econômica vigente, marcada pela financeirização neoliberal, se baseia no tripé característico desse modelo – privatização, focalização e fragmentação das políticas sociais. Esse cenário faz com que o acesso às instâncias relacionadas ao autodesenvolvimento e cuidado, bem como o acesso das políticas sociais, seja condicionado pela lógica financeirizada mediada pelo capital bancário, reforçando a subordinação do fundo público aos interesses do capital financeiro. Como consequência, os limitados recursos da classe trabalhadora são destinados a cobrir os custos de necessidades mínimas – garantidas constitucionalmente, mas frequentemente precarizadas, levando parte dessa classe a recorrer ao setor privado –, como educação (ensino básico e superior), saúde, moradia e, sobretudo, à necessidade de vinculação à instituição bancária para recebimento de valores

provenientes de políticas de transferência de renda. Portanto, o Estado atua como mediador do padrão de acumulação neoliberal, abrindo espaço para o setor privado, buscando mitigar possíveis perdas de valor e garantir a continuidade da lógica de acumulação capitalista (Brettas, 2020).

Com isso, podemos perceber que as políticas sociais, apesar de serem direito constitucional brasileiro, são orientadas às necessidades de acumulação do capital. Na atualidade, a política social é formulada a partir de projetos e programas que têm pouca efetividade frente à precarização da vida oriunda da superexploração da força de trabalho, sendo a lógica de ajuste fiscal neoliberal um significativo obstáculo para a ampliação das políticas sociais. Daí decorrem implicações negativas para a reprodução social e para refletir sobre a ação do Estado no deslocamento das “responsabilidades” das mulheres nesse terreno.

Segundo Vogel (2022) – a despeito de suas divergências teóricas – Engels aborda a questão da reprodução social em sua célebre obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”. Já no séc. XIX, de maneira implícita, Engels sugere que a inserção das mulheres no meio produtivo e a coletivização do trabalho doméstico como uma operação pública é um caminho para a emancipação feminina.

Para ressaltar a importância da presente discussão, destacamos que a coletivização das atividades realizadas no âmbito doméstico – como serviços de alimentação, lavanderias, rouparia, dentre muitas outras atividades que envolvem o cuidado – desempenharia uma função social semelhante àquela exercida insuficientemente pelas políticas sociais de saúde e educação. No entanto, não se trata somente de defender a criação de novos espaços públicos para atividades atualmente realizadas privadamente, mas também de enfatizar a necessidade premente da ampliação das políticas públicas, especialmente daquelas voltadas às relações de cuidado.

Neste sentido, a partir de Bhattacharya (2019), observamos que as mulheres desempenham a maior parte do trabalho relacionado à reprodução social, tanto de si mesmas quanto de suas famílias. Muitas

delas enfrentam o desafio de equilibrar o trabalho na economia formal com as tarefas de cuidado, mesmo quando existem políticas públicas destinadas a reduzir essa sobrecarga – as quais, a depender do território, podem ser insuficientes ou inexistentes. Ainda assim, as crianças precisam ser levadas à escola, e os idosos continuam demandando cuidados que somente um ser humano pode prover. Em outras palavras, as estratégias que buscam libertar as mulheres do trabalho de reprodução social representam um obstáculo à maximização da lucratividade no sistema capitalista, uma vez que esse trabalho, em grande parte não remunerado ou subvalorizado, é fundamental para a manutenção da exploração da força de trabalho.

Segundo Bhattacharya (2023), há uma ofensiva deliberada contra a classe trabalhadora, organizada estrategicamente tanto dentro quanto fora do âmbito produtivo. A crescente dificuldade em manter a reprodução social impõe uma sobrecarga ainda maior às famílias, enquanto a redução sistemática dos serviços públicos aprofunda a vulnerabilidade e a precarização das condições de vida dos trabalhadores. A imposição de uma dinâmica opressiva às relações sociais é parte essencial do modo como o neoliberalismo opera: ele manufatura desconfiança e violência, corrói culturas de solidariedade historicamente construídas e, sobretudo, desmantela as instâncias organizativas da classe trabalhadora.

Não há dúvidas de que a reprodução social é um elemento central para a acumulação capitalista. No entanto, esse processo ocorre de maneira cada vez mais precarizada pela lógica neoliberal, marcada pela redução progressiva do valor do trabalho necessário na esfera produtiva, aprofundando a sobrecarga e a opressão às mulheres no âmbito da reprodução social. Isso significa que a superexploração da força de trabalho em economias dependentes se associa à adoção de estratégias de austeridade fiscal para assegurar a acumulação de capital pelas classes dominantes. Em contrapartida, essas medidas fragilizam ainda mais a capacidade das famílias de garantirem condições dignas de vida. Portanto, reconhecemos a urgência da organização da classe trabalhadora para exigir a garantia de seus direitos constitucionais.

Partimos da hipótese de que a ampliação e o fortalecimento das políticas públicas podem contribuir para a redução da discrepância na divisão social do trabalho entre homens e mulheres, aliviando a sobrecarga de trabalho não remunerado que recai majoritariamente sobre as mulheres nas atividades relacionadas à reprodução social.

Em suma, compreendemos serem intensos os desafios para a classe trabalhadora após quatro décadas em que o neoliberalismo aprofundou a exploração e deteriorou a rede de proteção social oriunda da Constituição Federal de 1988 recém organizada. É preciso reconhecer as políticas públicas enquanto um mecanismo fundamental de mudança, principalmente no que diz respeito a minorar a reprodução social no âmbito da família, contribuindo para a redução da sobrecarga de mulheres nas atividades que envolvem cuidado. A deterioração das políticas sociais promovidas pela lógica neoliberal pode intensificar o trabalho de cuidado de estratos sociais mais baixos. Essa dinâmica recai na não oferta (ou pouca oferta) de vagas em creches, na baixa qualidade em serviços de saúde, no desemprego, na insegurança e na insuficiência de políticas públicas que, ao contrário, seriam fundamentais para coletivizar as tarefas realizadas no lar e repercutir diretamente sobre a forma pela qual as famílias realizam a reprodução social.

A partir de Bhattacharya (2023), é possível perceber que a reprodução social tem centralidade nesse movimento de revisitar a classe trabalhadora enquanto agente de transformação, ao ser uma forma dinâmica de demonstrar que os trabalhadores existem para além do âmbito produtivo, apesar de, sob o capitalismo, depender do salário como fonte exclusiva de subsistência. Dessa forma, a compreensão da reprodução social enquanto uma perspectiva essencial da totalidade social nos possibilita ampliar a visão de que é importante dar visibilidade aos aspectos que estão fora do circuito produtivo formal, como a luta contra as mudanças climáticas que englobam a poluição, privatização da água e desmatamento, bem como as necessidades sociais que envolvem o esforço da classe trabalhadora pela exigência da

“parcela de civilidade” que garanta uma vida digna, como o fortalecimento e ampliação da política pública.

Portanto, torna-se importante restaurar a perspectiva da totalidade social, reconhecendo a centralidade da reprodução social alinhada à apreensão da raça, gênero e etnia enquanto potência na transformação social, fortalecendo a classe trabalhadora frente à luta de classes em direção oposta ao projeto neoliberal.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre o patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, 2015. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/consideracoes-sobre-genero-reabrindo-o-debate-sobre-patriarcado-eou-capitalismo/> Acesso em 20/04/2018.

ARRUZZA, Cinzia; CIRILLO, Lidia. *História das histórias do Feminismo*. Tradução de Gabriela Ghetti – São Paulo: Usina Editorial, 2024.

BHATTACHARYA, Tithi (org.) *Teoria da reprodução social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*. Tradução Juliana Penna. – São Paulo: Elefante, 2023.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, n. 32, 2019. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>

BRETTAS, Tatiana. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro 1 (o processo de produção do capital)*. Tradução Rubens Enderle. – 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

PEREIRA, Potyara. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (org.) *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

VOGEL, Lise. *Marxismo e a Opressão às Mulheres: rumo a uma teoria unitária*. Tradução da Equipe de Tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS). São Paulo: Expressão Popular, 2022.